

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar**

**Período de Análise: 01/07/2016 a 31/07/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da ABAG  
Site Eletrônico da CONAB  
Site Eletrônico da CPT  
Site Eletrônico do MMA  
Carta Capital

**Estagiária: Ananda da Silveira**

## **Índice:**

<b>Projeto desenvolve a agroecologia em acampamento do MST no RS.</b> Catarina de Medeiros. Site do MST, 04/07/2016. ....	3
<b>Preços do feijão e do leite devem continuar pressionados.</b> Márcia De Chiara - O Estado de São Paulo, Economia& Negócios. 08/07/2016.....	5
<b>“Os fatores que a agroecologia possibilita são elementos para efetivação de direitos humanos”.</b> Lizely Borges. Site do MST, 14/07/2016. ....	6
Pesquisa quer identificar problemas causados por agrotóxicos .....	9
<b>Grupo Hospitalar Conceição é o maior executor da Modalidade Compra institucional do PAA.</b> Site do MDSA, 06/07/2016.....	11
<b>Agricultores ampliam fornecimento e se preparam para mercados institucionais.</b> Site do MDSA, 06/07/2016. ....	13
<b>Osmar Terra garante compromisso com os programas de segurança alimentar e nutricional.</b> Site do MDSA, 06/07/2016. ....	15
<b>Grupo Hospitalar Conceição vai comprar 586 toneladas de alimentos da agricultura familiar.</b> Site do MDSA, 07/07/2016. ....	16
<b>Universidade mineira abre chamada pública para aquisição de alimentos.</b> Site do MDSA, 19/07/2016. ....	17
<b>Agrotóxicos são necessários ou não? O Estado de São Paulo, Opinião.</b> José Otavio Menten, Ciro Rosolem e Luiz Carlos Corrêa Carvalho. 19/07/2016 .....	18
<b>Alimento, caro e envenenado.</b> Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 19/07/2016 .....	21
<b>“Agroecologia Potencializa Outros Direitos Humanos”, Afirma Pesquisador.</b> Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 20/07/201625	
<b>Florianópolis sedia seminário sobre Compras Institucionais da agricultura familiar.</b> Site do MDSA, 20/07/2016. ....	27
<b>Chamada Pública seleciona produtos de povos e comunidades tradicionais para Olimpíadas.</b> Site do MST, 20/07/2016.....	28
<b>Rio Grande do Norte: Exército irá comprar 10 toneladas de alimentos da agricultura familiar.</b> Site do MDSA, 21/07/2016. ....	29
<b>Crédito para produzir e baratear alimentos.</b> O Globo, Economia. 21/07/2016 .....	31
<b>MDSA orienta compras institucionais do PAA em Santa Catarina.</b> Site do MDSA,22/07/2016. ....	32
<b>Dia Internacional da Agricultura Familiar: compromisso do governo federal com a população do campo.</b> Site do MDSA, 25/07/2016. ....	34

<b>Exército no Rio Grande do Sul abre mais uma chamada pública para a compra de alimentos.</b> Site do MDSA, 28/07/2016.....	36
<b>Dia do agricultor é comemorado com doação de 18,8 toneladas de frutas em Brasília.</b> Site do MDSA, 28/07/2016.....	37
<b>Inflação de alimentos pode ficar acima do IPCA no ano.</b> Míriam Leitão – O Globo, Economia. 28/07/2016.....	38
<b>Como ajudar a agropecuária brasileira.</b> Rui Daher. Carta Capital, 29/07/2016. ....	39
Juventude e agroecologia: é a luta todo dia. Najar tubino. Carta Maior, 28/07/2016. ...	41
<b>Consumidor busca opção natural, mas comida leve pesa no bolso.</b> Glauce Cavalcanti e Roberta Scrivano - O Globo, Economia. 31/07/2016.....	43

**Projeto desenvolve a agroecologia em acampamento do MST no RS. Catarina de Medeiros. Site do MST, 04/07/2016.**

Famílias do Acampamento Dom Tomás Balduino, na região Metropolitana de Porto Alegre, serão contempladas com oficinas e outras atividades ecológicas.

O MST do Rio Grande do Sul reforça a luta para que a produção de alimentos sem o uso de venenos seja uma realidade não apenas em áreas de assentamento. Para alcançar esse objetivo, o Acampamento Dom Tomás Balduino, na região Metropolitana de Porto Alegre, recebeu no último sábado (02) o lançamento da jornada "Agroecologia: Alimentação Saudável e em Defesa da Vida".

De acordo com o agroecólogo Antônio Braga, a iniciativa, que é realizada em parceria com a Associação Estadual Carlos Dorneles e o Fundo Socioambiental Casa, prevê seis oficinas e tem duração de um ano. Além disso, ela segue o programa agrário criado em 2014 pelo MST.

“O intuito é propiciar aos acampados uma fonte de renda e incentivá-los a continuarem produzindo alimentos saudáveis quando conquistarem um pedaço de terra. Isso inclui, entre outras atividades, produção de extratos fermentados com água da chuva e plantas, criação de produtos naturais à base de plantas medicinais e aromáticas e visitas às feiras e assentamentos”, explicou Braga.

Durante o ato de lançamento do projeto, o engenheiro agrônomo Leonardo Melgarejo orientou as famílias para a rotação de culturas e a produzirem sementes crioulas, para que possam aproveitá-las nos próximos anos e não ficar dependente do sistema capitalista de produção. Essa medida, além de garantir alimentos saudáveis, protege a saúde dos seres humanos e da natureza.

“As empresas tomaram conta das sementes, que são patrimônio da humanidade, e nós perdemos os ensinamentos dos indígenas e dos camponeses que têm maior experiência na produção limpa. O homem utiliza cada vez mais veneno nas lavouras, mas não há uma dessas substâncias que não faça mal. Muitas desencadeiam câncer trinta anos

depois de causarem a intoxicação. A única solução para não ser vítima é deixar de usar e não consumir alimentos contaminados”, alertou Melgarejo.

Conforme o Sem Terra Neuzir Alba, 170 famílias vivem debaixo de lona preta no acampamento, onde já existe experiência de produção limpa através de horta coletiva. Para ele, o projeto vai ajudar as famílias a compreenderem melhor a agroecologia e os benefícios que ela traz pode gerar ao homem e o meio ambiente.

“Não adianta ficarmos anos acampados para reproduzir o modelo convencional de produção quando conquistarmos um lote. Esse projeto vai nos ajudar muito a fortalecer e a expandir a agroecologia” disse Alba.

---

**Preços do feijão e do leite devem continuar pressionados. Márcia De Chiara - O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 08/07/2016**

*Redução na oferta de dois alimentos básicos que responderam por 60% da inflação de junho não deve ser resolvida nos próximos meses, prevêem analistas*

O brasileiro vai continuar convivendo com preços elevados do feijão e do leite nos próximos meses. Apesar de a inflação oficial ter perdido o fôlego em junho, os dois alimentos básicos responderam juntos por 60% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que encerrou o mês passado com alta de 0,35%.

“Não acredito que o preço do feijão suba mais”, diz o presidente do Instituto Brasileiro do Feijão, Marcelo Lüders. Na última semana, o preço médio do quilo do grão na cidade de São Paulo foi de R\$ 11,06, segundo pesquisa da Fundação Procon.

Lüders frisa que a tendência é de estabilização de preços em níveis elevados por causa de alguma importação do produto e da pequena oferta de feijão da 3ª safra, colhida entre o fim deste mês e começo de agosto.

Mas esses dois fatores ainda serão insuficientes para derrubar a cotação e trazê-la de volta para média histórica de R\$ 5,00 o quilo. O especialista observa que os países do Hemisfério Norte, apontados pelo governo como fornecedores – China, Estados Unidos, Canadá e México – estão na entressafra e não têm produto suficiente para exportar.

“O preço do grão deve continuar em níveis elevados até o início de 2017”, prevê Lüders. Isso porque em janeiro e fevereiro entra no mercado a 1ª safra, a que tem volumes mais significativos para derrubar preços.

Leite. Já no caso do leite, a tendência é de os preços continuarem subindo. Além do período de seca que afeta as pastagens e a produção, Juliana Pila, analista da consultoria Scot, explica que os produtores tiveram um aumento de custos de 28% em junho deste ano comparado com 2015. “A alta do milho e de suplementos usados na alimentação dos animais, além da energia e da mão de obra, pressionaram as margens do produtor.”

Para Carlos Hugo Godinho, agrônomo do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, a situação da oferta de leite é mais complicada comparada à do feijão. Isso porque em razão dos preços baixos pagos ao produtor de leite, muitos desistiram da atividade ou abateram as matrizes. Isso indica que será preciso mais tempo para recompor os rebanhos e a produção.

---

**“Os fatores que a agroecologia possibilita são elementos para efetivação de direitos humanos”. Lizely Borges. Site do MST, 14/07/2016.**

Em novo livro, *Direito à Agroecologia*, Gladstone Leonel Júnior aponta que a produção de base agroecológica, fornece elementos para a efetivação dos direitos humanos ao meio ambiente.

A partir da experiência política e profissional na luta pela terra e território, o advogado Gladstone Leonel Júnior identificou uma lacuna: “Observava que o debate do direito agrário quando se especializava, sempre era direcionado a um direito ao agronegócio.

Assim, achava importante apresentar e sistematizar um contraponto. Mais do que isso, seria necessário demarcar esse campo político, no caso relacionado à agroecologia, dentro do Direito”. Provocar este outro debate é a proposta do livro *Direito à Agroecologia: A Viabilidade e os Entraves de uma Prática Agrícola Sustentável* (Editora Prismas. R\$ 49) a ser lançado nesta quinta-feira (14), em Brasília, Distrito Federal.

Doutor em Direito pela Universidade de Brasília, assessor da Relatoria Nacional do Direito à Terra, Território e Alimentação Adequada da Plataforma DHESCA – Brasil no ano de 2011 e advogado popular de movimentos populares, Gladstone destaca a vinculação entre o Estado brasileiro e o agronegócio como obstáculo ao avanço da agroecologia no país, manifesta preocupação com as ações adotadas pelo governo interino de Michel Temer para a política agrária, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e problematiza: “enquanto a reforma agrária for escanteada da pauta política, o tema da alimentação adequada ficará em segundo plano”

A conversa abaixo foi feita por troca de e-mails entre o autor e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

### **Por que a reflexão proposta pelo livro posiciona a agroecologia como direito humano?**

Na verdade o livro, busca apontar a agroecologia como uma potencial promotora de direitos humanos. Observa-se que as práticas agroecológicas vão no sentido do cultivo de alimento saudável, sem a exploração do homem/mulher do campo, com um preço justo na venda do produto plantado, geralmente em propriedades pequenas e sustentáveis ambientalmente. Todos esses fatores que a agroecologia possibilita são elementos para efetivação de direitos humanos para os/as camponeses, os/as consumidores/as e a população em geral.

### **Quais são os obstáculos econômicos, sociais, políticos ao desenvolvimento de uma produção agrícola de base agroecológica?**

Na minha avaliação, o principal obstáculo à agroecologia é a falta de vontade política do Estado em investir em uma prática diversa, sustentável e que respeite as pessoas. Ao contrário, se pinta o modelo do agronegócio como o grande impulsionador da economia, quando não passa de uma reprodução repaginada do modelo de monocultivo-exportador que se pratica há mais de 500 anos no Brasil.

No início do livro o apresentador do livro, o procurador federal Valdez Faria, cita Darcy Ribeiro no qual ele afirma que o país produz alimentos para engordar porco no Japão e na Alemanha, mas não dá bola para o feijão que o povo come. Por que o padrão de agricultura brasileira é baseado na alta concentração de terra e renda, em grandes extensões rurais, de monocultivo e com produção voltada para exportação?

Entendo como atual a afirmação de Darcy Ribeiro, pois ainda temos uma classe oligárquica rural muito atrasada que não permite a mudança do modelo. Embora, as transnacionais estejam adquirindo cada vez mais terras no Brasil e comprometendo, não só nossa soberania propriamente dita, mas também a soberania alimentar. Romper com esse elo que mantém o país numa lógica de capitalismo dependente e exportador de commodities não é simples, pois o poder econômico acaba financiando a campanha de ruralistas que conseguem uma maioria de representantes no Congresso Nacional e inviabilizam qualquer tipo de mudança que saia dessa lógica de dependência externa.

### **Quais passos são necessários para a transição deste modelo convencional de agricultura para a agroecologia?**

Como tudo na vida, a agroecologia não resolveria imediatamente os problemas da agricultura brasileira. Se faz necessário uma transição, pois os camponeses/as em geral, foram educados e estimulados a utilizarem agrotóxicos, mais recentemente, sementes transgênicas e aos poucos devem ser reinseridos em outro universo. Apesar de termos experiências de diversos povos indígenas e povos tradicionais que nunca abandonaram essa diversidade de práticas relacionadas à agroecologia. Conforme for crescendo, a prática agroecológica irá apresentando caminhos novos, heterogêneos, afirmando a sustentabilidade concreta e garantindo a soberania e segurança alimentar.

Como que as medidas adotadas pelo presidente em exercício, Michel Temer, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a fragilização de políticas públicas voltadas à assistência técnica e apoio à pequena e média agricultura impactam o desenvolvimento de um modelo de agricultura agroecológica no Brasil?



Gladstone - No último período, em vários eventos e reuniões, o Ministro Patrus Ananias falava bastante da importância em estimular a agroecologia e garantir cada vez mais assistência técnica à agricultura familiar. Conversamos isso algumas vezes, pois participava de um Grupo de Estudo em Direito Agrário (GEDA), liderado pelo então Consultor Jurídico do Ministério naquela época, João Paulo Farias Santos. A extinção do MDA é um recado de um governo ilegítimo e golpista de que eles não estão interessados em garantir a soberania alimentar do país, visto que a produção de mais de 70% dos alimentos do Brasil está nas mãos do/ agricultor/a familiar.

**Na sua avaliação, por que o tema da alimentação, ação presente na vida da população, não está fortemente presente no debate público?**

Acredito que para falar em alimentação adequada, também é necessário se falar em reforma agrária, uma vez que as áreas de assentamento são as que preponderantemente produzem alimentos. Não se garante o desenvolvimento de práticas agroecológicas em latifúndios, preocupados com a exportação de commodities. Quem alimenta o povo brasileiro é o agricultor/a familiar e quanto mais pessoas tiverem acesso à terra e territórios, teremos alimentos mais baratos e saudáveis. Enquanto a reforma agrária for escanteada da pauta política, o tema da alimentação adequada ficará em segundo plano.

---

### **Pesquisa quer identificar problemas causados por agrotóxicos**

Assentamento de Cascavel, no interior do Paraná, será fonte para o estudo.

São fortes os indícios de que a utilização extensiva de agrotóxicos representa um grave problema de saúde pública em países em desenvolvimento, especialmente aqueles com economias baseadas no agronegócio. Entretanto, o tamanho dos danos causados pela exposição aguda ou acumulativa a estes pesticidas nos trabalhadores rurais ainda não é bem conhecido.

Pensando nisso, um grupo de trabalho formado pelo Centro de Assistência a Toxicologia (Ceatox) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest) da 10ª Regional de Saúde do Estado

iniciou neste mês uma pesquisa inédita em um assentamento da reforma agrária do Paraná.

Os pesquisadores iniciaram um diagnóstico da comunidade do Assentamento Valmir Mota, em Cascavel, no Oeste do Paraná. A intenção é identificar se existem problemas de contaminação na comunidade, em especial nas crianças de duas escolas municipais da região.

Os moradores responderam a um questionário ocupacional. Também terão amostras biológicas coletadas para exames toxicológicos e de avaliação clínica (geral e neurológica). Posteriormente o laboratório de toxicologia do Hospital Universitário analisará a quantidade de água e sangue dos pesquisados e dos demais componentes de suas residências, para a prevenção de doenças crônicas causadas pela exposição aos agrotóxicos.

O assentado Artemio Cardoso Mayer, 55, lembra que os núcleos de base do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST fazem o debate da agroecologia e da saúde pública, porém destaca a importância de cientistas e estudiosos na área atuando na pesquisa do tema.

“Nunca tinha passado por um diagnóstico da minha vida. Sempre quando eu passava no médico, era apontado o problema do momento e nunca relacionado ao passado, quando eu trabalhava passando veneno. Acredito que alguns problemas como dores de cabeça, pressão alta, sejam resultado dessa época”, diz Artemio, que hoje não utiliza agrotóxicos em sua produção.

---

**Grupo Hospitalar Conceição é o maior executor da Modalidade Compra institucional do PAA. Site do MDSA, 06/07/2016.**

**AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**

Cerca de 80% dos alimentos adquiridos são da agricultura familiar para atender pacientes, acompanhantes e funcionários do Sistema Único de Saúde de Porto Alegre (RS).

---

**Porto Alegre, 6** – Quilombolas, assentados da reforma agrária e agricultores familiares organizados em cooperativas rurais no Rio Grande do Sul estão vendendo produtos orgânicos e agroecológicos para o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), em Porto Alegre (RS), desde 2013. Em três anos, o GHC comprou R\$ 8 milhões em alimentos da agricultura familiar com recursos próprios, aproximadamente 80% de sua aquisição, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

De acordo com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (Sesan/MDSA), o GHC é o maior comprador de alimentos da agricultura familiar na Compra Institucional do PAA. A modalidade possibilita que o órgão compre com recursos próprios e dispensa de licitação ao mesmo tempo em que pequenos produtores são inseridos no mercado institucional, principalmente os que estão próximos a creches, restaurantes universitários, hospitais, Forças Armadas e outros equipamentos públicos.

“Esse trabalho vem sendo realizado por meio de chamadas públicas beneficiando diversos empreendimentos da agricultura familiar. É uma agenda muito significativa, pois contribui com o fortalecimento deste segmento. Nosso papel é ajudar o gestor no entendimento do Marco Legal do PAA e aproximar os empreendimentos da demanda do órgão público”, afirma a coordenadora geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos da Sesan, Heliel Santos.

O Grupo Hospitalar Conceição é composto por quatro hospitais públicos e serve 270 mil refeições por mês para pacientes, acompanhantes, funcionários e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Nos últimos três anos foram adquiridos 860 mil litros

de lácteos e 3,5 mil toneladas de alimentos da agricultura familiar entre leite, iogurte, queijo, panificação e grãos e vegetais orgânicos.

“Tivemos que ir para até as cooperativas para discutir a importância de vender para o SUS e convencê-las a vender para o hospital com qualidade que precisávamos e de forma permanente. A prevenção da saúde começa pela alimentação com alimentos sem agrotóxicos e sem contaminação”, explica o presidente do Comitê Gestor do PAA do Grupo Hospitalar Conceição, Richard Gomes.

### **Reconhecimento internacional**

O volume de compras da agricultura familiar para atender agentes e usuários do SUS despertou o interesse do Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (Unops), um órgão operacional da Organização das Nações Unidas (ONU) para implementação de projetos de ajuda humanitária e desenvolvimento social.

Representantes do MDSA, Sebrae Nacional e Unops visitaram o GHC nesta terça-feira (5) para conhecer o sistema de compras institucionais de alimentos da agricultura familiar. Uma parceria entre a Unops/ONU e o Sebrae Nacional pretende utilizar pequenos empreendimentos na execução de projetos da ONU que estão sendo implantadas na área de saúde no Brasil.

“É uma parceria na perspectiva de gerar mercado para os pequenos negócios, inclusive os rurais. A Unops apoia a construção, estruturação e operacionalização de projetos. Viemos conhecer para que possa ser exemplo nos hospitais apoiados por ela”, explica o analista da Unidade de Agronegócio do Sebrae Nacional, Luis Rebelatto.

Atualmente, a organização internacional tem apoiado a compra de suprimentos e equipamentos e a gestão sustentável em hospitais universitários, unidades ambulatoriais, unidades materno infantil e creches públicas em vários estados brasileiros.

---

## **Agricultores ampliam fornecimento e se preparam para mercados institucionais.**

**Site do MDSA, 06/07/2016.**

AGRICULTURA FAMILIAR

Participação nas compras governamentais permitiu a produtores atender chamadas publicas de compra de alimentos

---

**Porto Alegre, 6** – Desde que começou a cultivar arroz nos anos 90, a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (Cooperav), no Rio Grande do Sul, vendia sua produção ao mercado governamental. Atualmente, a maioria da produção do Assentamento Filhos de Sepé, a 40 km da capital gaúcha, vai para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) do governo federal.

A participação nas compras governamentais proporcionou experiência e amadurecimento para a cooperativa atender chamadas públicas de Compra Institucional de outros órgãos. “Parte significativa da nossa produção é orgânica e agroecológica para a rede metropolitana de Porto Alegre. Cerca de 90% da produção se destina às vendas institucionais de prefeituras, hospitais e para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)”, afirma o agricultor familiar José Luís Rodrigues.

Em 2015, a Cooperav passou a fornecer alimentos ao Grupo Hospitalar Conceição (GHC), em Porto Alegre (RS), por meio da modalidade Compra Institucional do PAA que dispensa licitação nas compras da agricultura familiar. Só no ano passado foram duas toneladas de vegetais entregues por mês. Alimento saudável e higienizado para complementar 270 mil refeições mensais para pacientes, acompanhantes, funcionários e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com o aumento da demanda, os custos logísticos também cresceram, mas a solução encontrada pela cooperativa foi se associar a outras da região para dividir despesas do frete e organizar as entregas às escolas e hospitais. Os 155 agricultores familiares da Cooperav perceberam que, para ampliar o mercado, a cooperativa precisava vender produtos processados; como arroz parbolizado e pães; criar embalagens apropriadas e

produzir de forma contínua. Logo, ampliaram as instalações e criaram uma cozinha industrial. Agora planejam montar a própria beneficiadora de arroz.

A modalidade de Compra Institucional do PAA é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, que orienta instituições públicas como realizar as chamadas públicas com recursos próprios. De acordo com a Lei nº 11.947/09, os órgãos públicos devem comprar no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar.

“Nosso papel é ajudar o gestor no entendimento do Marco Legal do PAA e nos processos de contratação do edital de forma a aproximar os empreendimentos da agricultura familiar da oferta e da demanda local”, explica a coordenadora geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do MDSA, Hétel Santos.

### **Quilombolas**

Na medida em que o PAA desenvolve a economia dos pequenos empreendimentos rurais, garante comida mais saudável do campo para a cidade. O programa tem levado segurança alimentar e nutricional às populações vulneráveis e às famílias atendidas pelas políticas públicas federais nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Como a Cooperativa Terra de Quilombo, formada por 22 comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, que passaram de beneficiários de cestas de alimentos, em situação de insegurança alimentar, a fornecedores do PAA no ano passado.

A produção de feijão, abóbora, batata doce, milho, laranja, verduras e temperos virava comida para os animais porque não havia compradores. Mas, a cooperativa recebeu a identificação de origem Selo Quilombos do Brasil do governo federal e realizou sua primeira venda ao Grupo Hospitalar Conceição em 2015.

De acordo com o presidente do Comitê Gestor do PAA do GHC, Richard Gomes, o grupo tem comprado alimentos orgânicos dos quilombolas desde o ano passado. Na primeira chamada pública, a cooperativa conseguiu comercializar quatro toneladas. Neste ano, os quilombolas atenderão outra chamada pública, no valor aproximado de R\$ 270 mil. A estimativa é de entrega de 100 toneladas de vegetais orgânicos até maio de 2017.

“O Marco Legal do PAA foi revolucionário para as compras públicas porque cria esta exceção da dispensa de licitação para aquisição de alimentos da agricultura familiar para que os agricultores familiares possam vender alimentos mais saudáveis sem ter que entrar na disputa de atacado com grandes empresas”, destaca Richard Gomes.

---

**Osmar Terra garante compromisso com os programas de segurança alimentar e nutricional. Site do MDSA, 06/07/2016.**

SEGURANÇA ALIMENTAR

Ministro participou da plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

---

**Brasília** – “Quero reforçar o coro do Consea e ajudar no que puder. Vamos construir juntos essa política de segurança alimentar e nutricional”, disse o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Osmar Terra, durante a XXII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) que aconteceu nesta quarta-feira (6) em Brasília. Terra garantiu que esta área será preservada e aperfeiçoada da melhor forma possível. “Tenho o meu compromisso com o Consea”.

O ministro citou um programa de inclusão produtiva para os beneficiários do Bolsa Família que está sendo desenhado dentro do MDSA. Dentre as ações, a ampliação do microcrédito com a criação de um fundo de aval. Também enfatizou que se esforçará para aprovar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no pleno ministerial da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), que já foi aprovado pelo pleno executivo.

Lembrou que está em processo de discussão e criação um programa voltado à primeira infância. A proposta é atender de 5% a 10% das crianças ainda este ano e até 2018 todas as crianças menores de três anos. O ministro enfatizou que está mantendo os programas de governo e que não haverá retrocesso na área de assistência social. “Estamos ajustando uma grande base de dados e montamos um comitê especial para aperfeiçoar o programa Bolsa Família”.

---

**Grupo Hospitalar Conceição vai comprar 586 toneladas de alimentos da agricultura familiar. Site do MDSA, 07/07/2016.**

AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Produtos serão adquiridos pela modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

---

**Brasília** – Agricultores familiares e comunidades quilombolas podem participar de chamadas públicas do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), de Porto Alegre (RS), para a aquisição de 586 toneladas de alimentos. Os produtos - hortifrutigranjeiros e carnes - serão adquiridos na modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

São três chamadas públicas com investimento total de R\$ 4,6 milhões. As compras dos alimentos vão beneficiar cerca de 260 famílias agricultoras e 60 famílias quilombolas.

Para participar das chamadas, o agricultor deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O limite individual de venda do agricultor familiar será de R\$ 20 mil por ano, DAP e órgão comprador.

O GHC compra alimentos da agricultura familiar desde 2013 e foi a primeira instituição de saúde do Brasil a aderir à modalidade Compra Institucional. O grupo, formado por quatro hospitais, fornece cerca de 370 mil refeições todo mês aos funcionários, pacientes e acompanhantes.

Os interessados nos editais 7 e 9, disponíveis no site do Grupo Hospitalar Conceição, devem preencher a proposta de preços e encaminhá-la até as 10h dos dias 15 e 25 deste mês, respectivamente, para o e-mail [spaulo@ghc.com.br](mailto:spaulo@ghc.com.br), junto com a documentação para habilitação. Já os interessados no edital 8 devem enviar a proposta para o e-mail [grodrigo@ghc.com.br](mailto:grodrigo@ghc.com.br) até as 10h do dia 11 deste mês.

A Compra Institucional permite que municípios, estados e órgãos federais comprem produtos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, sem necessidade de



licitação. Podem comprar as instituições que fornecem alimentação, como hospitais públicos, forças armadas, presídios, restaurantes universitários, hospitais universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

---

**Universidade mineira abre chamada pública para aquisição de alimentos. Site do MDSA, 19/07/2016.**

Serão adquiridos mais de 150 toneladas de produtos para restaurantes universitários. Interessados devem se inscrever até 9 de agosto

---

**Brasília** – A Universidade Federal de Ouro Preto, de Minas Gerais, lança pela primeira vez uma chamada pública para a compra de alimentos da agricultura familiar por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). O investimento previsto para a chamada pública é de R\$ 817 mil.

A compra será para agricultores familiares e organizações, comunidades tradicionais, assentados, mulheres e para a produção agroecológica e de orgânicos que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Cada agricultor familiar poderá vender até R\$ 20 mil.

Os interessados devem apresentar a documentação para habilitação e a proposta de venda na Coordenação de Suprimentos, localizada no Centro de Convergência do Campus Universitário Morro do Cruzeiro, em Ouro Preto, até dia 9 de agosto. A entrega dos alimentos nos restaurantes será entre agosto e dezembro de 2016.

No total, mais de 152 toneladas de alimentos; entre verduras, legumes, feijão e rapadura; serão adquiridas para compor a alimentação de quatro restaurantes universitários da instituição. Por dia, a universidade oferta, em média, 5,5 mil refeições.

A Universidade Federal de Ouro Preto é a sexta entidade de ensino superior a realizar chamadas públicas para a compra de produtos da agricultura familiar. A legislação atual

determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações.

De acordo com o chefe do Centro de Custo e Arrecadação da Universidade e presidente do Conselho de Alimentação Escolar de Ouro Preto, Carlos Alberto Pereira, a adesão da Universidade foi amplamente discutida. “Esta ação vai ao encontro à sustentabilidade. Esperamos que dê muito certo para que possamos ultrapassar os 30% apontados pela legislação”, afirmou.

Para a coordenadora geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do MDSA, Hétel Santos, a compra aproxima a universidade da agricultura familiar, além de incrementar a economia local. “O recurso do órgão, na maioria das vezes, é destinado a agricultores daquela região. A economia local é beneficiada, o alimento não passa por toda uma cadeia longa de logística para chegar ao consumidor, e, com isso, chega mais fresco e promove uma alimentação mais saudável”, disse.

**PAA Compra Institucional** - Criada em 2012, a modalidade abriu uma nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores familiares de todo o país ao permitir que municípios, estados, Distrito Federal e órgãos federais comprem, com recursos próprios, produtos para atender as demandas de forma simplificada, segura e transparente, por meio de chamadas públicas, sem necessidade de licitação.

---

**Agrotóxicos são necessários ou não? O Estado de São Paulo, Opinião. José Otavio Menten, Ciro Rosolem e Luiz Carlos Corrêa Carvalho. 19/07/2016**

*Sem o uso de defensivos a produção agrícola no Brasil sofreria redução da ordem de 50%*

A agricultura brasileira tem sua reputação e sua imagem frequentemente questionadas, mas é necessário que prevaleça a verdade, com base em fatos comprovados. A comunidade científica acompanha com rigor as inovações tecnológicas e o desenvolvimento da agricultura no Brasil e o Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) tem o objetivo de discutir temas relacionados à sustentabilidade da

atividade agrícola e tomar posição, de maneira clara e isenta, sobre o assunto, valorizando o conhecimento científico (<http://agriculturasustentavel.org.br>).

O Brasil é líder na produção e na exportação de soja, milho, cana, algodão, laranja, etc. Essas conquistas se deram em paralelo ao desenvolvimento social do campo e maior consciência e respeito ambiental. O aumento da produtividade foi mais importante do que a expansão da área cultivada, de modo que cerca de 65% do território brasileiro continua coberto por matas nativas. Nos últimos 35 anos a produção de grãos no Brasil aumentou 198%, enquanto a área cultivada cresceu apenas 28%.

Estando em região tropical, o Brasil desenvolveu tecnologias próprias para superar suas limitações. Um dos grandes desafios tem sido a convivência e redução dos danos causados pelas pragas agrícolas (insetos, doenças e plantas daninhas). Nos trópicos, onde a neve não controla naturalmente as pragas, estas são mais diversificadas e atuam com maior intensidade. E no País, todas as culturas agrícolas estão sujeitas a pragas. Medidas de controle são necessárias, incluindo o uso de produtos fitossanitários, para reduzir danos, manter a produtividade, a qualidade e custos compatíveis dos produtos agrícolas.

As pragas são controladas utilizando todas as medidas disponíveis. É o chamado manejo integrado de pragas (MIP). São usados métodos genéticos (resistência das plantas), biológicos (inimigos naturais), culturais (rotação de culturas, erradicação, vazios sanitários), legislativos (evitar introdução de novas pragas) e químicos (produtos fitossanitários/defensivos).

O manejo químico com produtos fitossanitários é um dos mais utilizados, por sua eficiência e sua segurança. Trata-se da aplicação de inseticidas, fungicidas e herbicidas. Se os produtos fitossanitários não fossem utilizados, a produção agrícola sofreria redução da ordem de 50%. Sem defensivos seria necessário dobrar a área cultivada, com a incorporação de terras hoje cobertas de floresta, com elevação nos preços dos alimentos, fibras e agroenergia. A boa notícia é que foi demonstrado pela Kleffmann que de 2004 a 2011 o uso de produtos fitossanitários por unidade de produto cresceu 120% na China e 47% na Argentina, enquanto no Brasil houve redução de 3%. É o agronegócio brasileiro fazendo a lição de casa.

Os produtos fitossanitários em uso no Brasil são extremamente seguros. São desenvolvidos por empresas que empregam ciência e tecnologia de ponta. Para que um

novo produto chegue aos produtores rurais há necessidade de muita pesquisa e avaliações rigorosas de qualidade. São necessários cerca de 12 anos de estudos e investimento aproximado de US\$ 250 milhões para que uma nova substância possa ser utilizada.

Antes de serem liberados para os agricultores, os produtos devem ser registrados nos órgãos reguladores do País: Mapa, Anvisa e Ibama. Esses órgãos seguem protocolos internacionais e exigem cerca de cinco anos de estudos por especialistas. Tal procedimento fez com que, nos últimos 40 anos, as doses dos produtos fitossanitários usados no Brasil fossem reduzidas em quase 90% e a toxicidade aguda, em mais de 160 vezes.

Mas a alta qualidade dos produtos fitossanitários não basta. Há necessidade de seu uso correto e seguro. Para isso são fundamentais educação e treinamento dos usuários, para que as boas práticas agrícolas sejam adotadas. Milhares de manipuladores desses produtos são treinados anualmente pelas empresas e instituições rurais. Deve-se destacar que seguir rigorosamente a receita agrônômica, em especial quanto à dose utilizada e à obediência ao intervalo de segurança (tempo entre a aplicação e a colheita), é fundamental para que não haja contaminação dos alimentos. Isso tem contribuído para que a qualidade dos alimentos ofertados à população seja adequada – e é confirmado pelo monitoramento dos limites máximos de resíduos (LMRS), realizado pelos órgãos reguladores, como Mapa e Anvisa, além de diversas empresas privadas.

Destaque especial deve ser dado às embalagens vazias de produtos fitossanitários: o Brasil é líder mundial na destinação correta – cerca de 94% de todas as embalagens usadas são recolhidas e devidamente destinadas, por meio da ação articulada entre os fabricantes, os distribuidores, os agricultores e o poder público. É o rural inspirando o urbano no respeito ao ambiente!

Além do manejo adequado de pragas, muitos outros aspectos da agricultura brasileira requerem conhecimento para que se chegue a posições apropriadas. Por se tratar de um assunto sensível, especialistas de ocasião, mídia sensacionalista e outros acabam por emitir opiniões infundadas, ou mesmo fundamentadas em pesquisas de má qualidade. O CCAS tem se preocupado em trazer a público ciência de qualidade em linguagem compreensível, em especial quando se trata de alimentos, segurança alimentar e ambiente de qualidade.

Existem insinuações relacionando o uso de produtos fitossanitários a maior incidência de câncer, malformação congênita, resíduos em leite materno, etc., sem demonstração denexo causal. Não há evidências científicas para suportar tais hipóteses. O assunto exige tratamento responsável.

\* José Otavio Menten, Ciro Rosolem e Luiz Carlos Corrêa Carvalho são respectivamente: diretor do CCAS e professor associado da ESALQ-USP; vice-presidente de estudos do CCAS e professor titular da FCA-UNESP; membro do CCAS e presidente da ABAG.

---

**Alimento, caro e envenenado. Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 19/07/2016**

Temos alertado sobre tendências que indicam a volatilidade de cunho estrutural na estrutura produtiva dos alimentos essenciais que integram a dieta da população brasileira. Por essa razão, nos últimos anos, o peso dos preços dos alimentos no IPC-A tem sido, na média, o principal fator do processo de resistência inflacionária no país.

Em reconhecimento a esse fenômeno que está associado, no plano estrutural, aos efeitos da crescente hegemonia do agronegócio, o atual Plano Safra da Agricultura Familiar lançado pela presidenta Dilma - sob sérias ameaças no governo Temer- prevê medidas de estímulos, via taxas de juros generosas, para a produção de uma série alimentos. Por certo, mesmo sem a sabotagem do governo Temer, as medidas não terão o poder de provocar a inflexão da tendência observada, o que demandaria um conjunto de outras ações cujas análises não cabem neste texto. Porém, as medidas diferenciadas constantes do Plano Safra da Agricultura Familiar representaram uma clara sinalização do reconhecimento do problema pelo governo. Por suposto, com o convencimento sobre o problema, as medidas adicionais nas esferas de preço, comercialização, etc, viriam na sequência.

Este documento aborda outra dimensão da oferta alimentar no Brasil que juntamente com os problemas do abastecimento expõe os riscos da segurança alimentar e nutricional no país. Trata-se dos elevados níveis de resíduos de contaminantes e agrotóxicos presentes nos alimentos que chagam à mesa dos brasileiros.

Por meio do Diário Oficial da União de 17/06/2016 o MAPA publicou a Portaria nº 52, da Secretaria de Defesa Agropecuária, com os resultados da pesquisa de resíduos de contaminantes e agrotóxicos relativa ao ano-safra 2014/2015. Foram investigados vários alimentos produzidos na referida safra, em escala nacional, no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal - PNCRC/Vegetal.

O presente texto retrata de forma sintética e organizada os resultados da pesquisa com o propósito de expor um panorama da qualidade desses alimentos no nosso país.

Para fins de contextualização da pesquisa do MAPA vale lembrar que desde 2010 o Brasil assumiu a liderança mundial no uso de agrotóxicos. Naquele ano o Brasil participou com 19% do mercado mundial, seguido dos EUA com 17%.

Os agentes do agronegócio tentam relativizar essa ‘indigesta’ posição brasileira com o argumento de que temos culturas com mais de uma safra, portanto, com demanda adicional ‘natural’ por venenos agrícolas. Contudo, ‘esquecem’ de considerar que a área cultivada no Brasil corresponde a 37.4% da área cultivada nos EUA.

De acordo com o IBGE, no ano de 2001, o consumo nacional de ingredientes ativos de agrotóxicos foi de 3.1 Kg/Ha. Em 2013 esse consumo unitário passou para 6.8 Kg/Ha. Ou seja, um incremento notável de 119%. Na realidade, a ‘pole position’ assumida pelo Brasil nesse ranking foi fruto da conjugação de vários fatores, entre os quais:

- 1) a expansão dos OGMs de primeira geração (que se mantém até hoje) caracterizados pela tolerância das plantas aos venenos das próprias empresas;
- 2) o crescimento da produção agrícola interna turbinado pelo ciclo expansivo das commodities agrícolas desde a segunda metade da década de 2000;
- 3) a frouxidão regulatória e as desonerações concedidas a esse setor.

Vale dizer que, ao contrário dos discursos sobre a redução do consumo de agrotóxicos com a introdução dos transgênicos usado à exaustão para justificar a legalização desses produtos no Brasil, desde então, tem sido exponencial o crescimento da utilização de venenos na agricultura brasileira.

Mesmo no contexto de larga utilização dos venenos agrícolas e de contaminação dos alimentos no Brasil, a Bancada Ruralista, com o apoio dos demais segmentos

ultraconservadores no Congresso tentam, atualmente, concluir o processo legislativo de um ‘novo regulamento’ (sic) para os agrotóxicos, absolutamente permissivo e irresponsável.

Ainda que envolto em dúvidas metodológicas conforme comentamos a seguir, de todo o modo, o PNCRCVegetal deve ser incentivado, por se constituir, na atualidade, na única fonte oficial de pesquisa sistemática sobre resíduos de contaminantes e agrotóxicos após o desaparecimento, sem maiores explicações, do PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos).

#### A Pesquisa

A metodologia da pesquisa não foi detalhada na Portaria nº 52, fato que impede uma avaliação mais apurada sobre a consistência da mesma para definir o perfil da qualidade dos alimentos produzidos pelo universo da agricultura brasileira.

As amostras foram coletadas em propriedades rurais, estabelecimentos beneficiadores e em centrais de abastecimento; e, de acordo com o MAPA, o plano de amostragem seguiu recomendações do Codex Alimentarius.

Contudo, afora as amostras provenientes de importações, não é possível identificar a origem da coleta feita em determinada unidade federada; se em unidade de beneficiamento, de produção ou de abastecimento.

Ademais, há outras dúvidas sobre a metodologia da pesquisa que não permitem interpretações seguras sobre os seus resultados.

Por exemplo, não parece razoável que Mato Grosso, o estado maior produtor de grãos do país e campeão no uso de venenos não tenha participado da pesquisa. De plano, isso já permite duvidar da significância da pesquisa para interpretar a realidade nacional sobre a contaminação dos alimentos por agrotóxicos.

De outra parte, sem contestar os direitos das populações de todos os estados do país, à informação sobre a segurança dos alimentos, estados de pouca expressão agrícola participaram de forma desproporcional nas amostras.

O Amapá, estado que menos produz feijão no Brasil participou da pesquisa feita em oito estados do país.

Santa Catarina, 7º maior produto de feijão teve mais amostras pesquisadas do que o Paraná; maior produtor nacional.

Outro exemplo: vê-se que a pesquisa de agrotóxicos no abacaxi ocorreu com 14 amostras, sendo que nenhuma delas no Pará, o estado maior produtor do produto no Brasil. Pernambuco foi o estado com o segundo maior número de amostras analisadas (4); contudo, participa com apenas 0.9% da produção nacional de abacaxi.

De novo, o estado de Pernambuco foi objeto de pesquisa de resíduos de agrotóxicos para o alho, sendo que esse estado sequer consta da listagem do IBGE sobre os produtores do produto.

Santa Catarina é o 10º maior produtor de laranja do Brasil. Contudo teve mais que o dobro de amostras que São Paulo, o maior produtor. O Amapá é o 17º produtor de laranja, nas teve o mesmo número de amostras que SP.

Com as ressalvas acima, a conclusão geral da pesquisa foi que, na maior parte, as amostras colhidas no ano safra 2014/2015 apresentaram bons índices de conformidade relativamente aos limites fixados pelo MAPA para resíduos de agrotóxicos e contaminantes. Isso não significa ‘livre de agrotóxicos e de contaminantes’, mas sim, que, na maior parte, os níveis constatados não ultrapassavam os limites tolerados pela generosa legislação brasileira.

Contudo, a pesquisa constatou violações severas da legislação em todos os produtos pesquisados, fato que confirma que a segurança dos alimentos no Brasil mantém-se como um objetivo a ser conquistado.

Os brasileiros estão expostos a riscos letais pela ingestão de produtos que deveriam ser alimentos.

As violações detectadas se estenderam do uso de produtos proibidos para as culturas especificadas; a alimentos contaminados com venenos proibidos no Brasil, além de achados de contaminantes e agrotóxicos em níveis muito acima do tolerado pela legislação.

O curioso é que o discurso sobre o rigor da pesquisa não é acompanhado de igual rigor nos controles. O Art. 4º da Portaria nº 52, fixa como ação do governo ante às graves violações detectadas pela pesquisa, a recomendação aos setores produtivos para que



sejam adotadas medidas de educação sanitária para atendimento às boas práticas agrícolas. Ora, sugerir medidas educativas, sem punições severas para quem envenena a comida de uma população é cumplicidade no crime.

---

**“Agroecologia Potencializa Outros Direitos Humanos”, Afirma Pesquisador. Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 20/07/2016**

*“Uma prática agrícola diferenciada que pode ser um contraponto ao que conhecemos como agronegócio”*

O debate sobre um novo modelo agrícola, que garanta alimentação saudável para a população brasileira e respeito ao meio ambiente, tem se consolidado no meio acadêmico e influenciado discussões na sociedade.

O livro “Direito à Agroecologia: a viabilidade e os entraves de uma prática agrícola sustentável”, publicado recentemente, tem como objetivo analisar tal debate à luz da perspectiva jurídica.

O Brasil de Fato conversou com o autor da obra, Gladstone Leonel Júnior, doutor em Direito pela Universidade de Brasília, assessor da Relatoria Nacional do Direito à Terra, Território e Alimentação Adequada da Plataforma DHESCA – Brasil em 2011 e advogado de movimentos populares.

De acordo com Gladstone, “a Agroecologia é promotora de direitos humanos”. “É importante chamar a atenção para a Agroecologia, que preza outros valores: a não exploração do homem e da mulher por outras pessoas, o alimento sustentável – sem agrotóxico e sem transgênicos -, o preço justo na comercialização. A partir do momento que apresenta esses elementos, ela vai materializando um número de direitos humanos”, comenta o advogado.

Confira a entrevista abaixo.

Brasil de Fato – Da onde surgiu a ideia para o livro?

Gladstone Leonel Júnior – Eu busquei tratar desse tema porque quando a gente trabalha com direito agrário, o debate é muito levado pela perspectiva do agronegócio, como se fosse um aprofundamento irremediável nessa área. Como nas Ciências Agrárias o

debate da Agroecologia é muito forte, enquanto prática agrícola diferenciada e de fato sustentável, eu achei importante trazer essa perspectiva para o campo do Direito. Então, o “Direito à Agroecologia”, na forma como eu cunhei, foi um pouco para chamar a atenção para a possibilidade de fazer essa interface. É para apontar que no Direito há condições de analisar o fenômeno da Agroecologia a partir de uma nova dinâmica que pode ser desenvolvida.

Essa perspectiva teórica baseada no agronegócio influencia a própria produção de leis?

Sem dúvidas. Primeiro, é uma questão de hegemonia de um projeto político no qual o agronegócio – baseado na monocultura, no latifúndio e voltado para exportação – é referência, sendo uma remodelagem daquilo que nós, enquanto país, fazemos há 520 anos. Isso é algo que fica muito claro e latente quando a gente observa essa questão.

Outra coisa é que o próprio agronegócio é estimulado na produção normativa uma vez que dentro do sistema político as pessoas são eleitas com essas bandeiras, o que a gente conhece como bancada ruralista. O poder econômico interfere no sistema político que vai, conseqüentemente, interferir no sistema normativo. Hoje, a gente tem, por exemplo, um Código Florestal extremamente precário e problemático em decorrência dos interesses dos ruralistas.

Por isso é importante chamar a atenção para a Agroecologia, que preza outros valores: a não exploração do homem e da mulher por outras pessoas, o alimento sustentável – sem agrotóxico e sem transgênicos -, o preço justo na comercialização. A partir do momento que apresenta esses elementos, ela vai materializando um número de direitos humanos. A gente observa a Agroecologia como uma promotora de direitos humanos: o direito à alimentação adequada, à terra rural, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Como a Agroecologia se relaciona com esses outros direitos?

A gente está falando de uma prática agrícola diferenciada que pode ser um contraponto ao que conhecemos como agronegócio. Essa dimensão potencializa outros direitos humanos que devem ser efetivados. O direito à alimentação adequada, por exemplo, para garantir segurança e soberania alimentar, dado que hoje se observa que boa parte das sementes está na mão de transnacionais, que detêm as patentes.

A gente trata também do direito à terra rural. Quando se fala em agroecologia e alimentação adequada, necessariamente deve-se falar da necessidade de se efetivar uma

reforma agrária, uma vez que a agroecologia não é voltada ou baseada no latifúndio, mas sim na pequena propriedade. Então, é necessário se democratizar a terra. A gente começa a pensar e refletir sobre outros direitos.

Quais são os obstáculos para a efetivação do direito à Agroecologia?

O que a gente trás é uma bandeira. Não necessariamente, no curto prazo, ela resolve os problemas da agricultura e da sociedade brasileiras. Essa bandeira requer uma transição. Querendo ou não, os agricultores, de forma geral, são ensinados a usar agrotóxicos, adubação química e sementes transgênicas. Conseguir desconstruir isso e demonstrar que é possível fazer de uma forma diferente requer uma nova pedagogia. Óbvio que já existem povos que já praticam a Agroecologia: comunidades indígenas e comunidades tradicionais.

A gente observa inúmeros obstáculos, um dos grandes é a ausência de vontade política para se efetivar uma política de Agroecologia – voltada para alimentação do povo brasileiro – e que não priorize o agronegócio – destinado a exportação de commodities. É necessária uma vontade para colocar a Agroecologia como política pública.

Quais são as perspectivas em relação a esse tema?

Isso estava começando a engrenar no último período do governo Dilma através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A gente via ações de estímulo nesse sentido, mas depois do golpe o ministério foi extinto. Isso prova que esse governo ilegítimo e golpista não tem o menor interesse em estimular a prática agroecológica enquanto política de Estado.

A gente tem um longo trajeto de luta para efetivação desse direito, junto com os camponeses e os movimentos populares de luta pela terra.

---

**Florianópolis sedia seminário sobre Compras Institucionais da agricultura familiar. Site do MDSA, 20/07/2016.**

Secretário Caio Rocha abre evento sobre dispensa de licitação para compras institucionais de alimentos em Santa Catarina

---

**Brasília** - O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Caio Rocha, participa da abertura oficial do Seminário Estadual de Compras Institucionais de Santa Catarina, nesta quinta-feira (21), em Florianópolis (SC).

O seminário vai esclarecer aspectos técnicos das compras institucionais para fortalecer o processo no estado e atender a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Na programação estão previstas apresentações sobre o Marco Regulatório das Compras Institucionais, chamadas públicas de compras de alimentos da agricultura familiar catarinense, -organização da agricultura familiar e a implantação das compras institucionais no estado.

---

### **Chamada Pública seleciona produtos de povos e comunidades tradicionais para Olimpíadas. Site do MST, 20/07/2016.**

Associações e cooperativas devem se inscrever com alimentos e artesanatos até dia 29 de julho. Produtos serão comercializados nos espaços de divulgação dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro

---

**Brasília** – O Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) selecionará 24 empreendimentos para participar da Feira dos Povos e Comunidades Tradicionais e de Produtos da Sociobiodiversidade durante as Olimpíadas Rio 2016. Associações e cooperativas interessadas em comercializar alimentos e artesanatos no evento devem se inscrever até o dia 29 de julho.

O objetivo é promover o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais e divulgar os produtos da sociobiodiversidade brasileira aos visitantes dos espaços Casa Brasil/Pier Mauá e Jardim Botânico durante os jogos olímpicos, no período de 17 a 21 de agosto, no Rio de Janeiro (RJ). O MDSA fornecerá as diárias e as passagens aéreas para duas pessoas de cada empreendimento selecionado.

Obrigatoriamente, os empreendimentos devem possuir um ou mais dos seguintes critérios:

- Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf);
- Produto Orgânico do Brasil;
- Comércio Justo;
- Identificação Geográfica;
- Maior percentual de sócios inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Selo Quilombos do Brasil e;
- Selo Indígenas do Brasil.

“Os critérios são para ter certeza que são empreendimentos da agricultura familiar ou dos povos e comunidades tradicionais e que acessam os programas governamentais. O objetivo é fortalecer os programas e os beneficiários”, afirma a secretária executiva do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais do MDSA, Kátia Favilla.

Poderão participar associações, cooperativas ou redes de comercialização de indígenas, quilombolas, pantaneiros, povos de matriz africana e de terreiro, extrativistas, pescadores artesanais, entre outras comunidades tradicionais. Serão selecionados empreendimentos dos sete biomas brasileiros: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Costeiro e Marinho, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

---

**Rio Grande do Norte: Exército irá comprar 10 toneladas de alimentos da agricultura familiar. Site do MDSA, 21/07/2016.**

Chamada pública segue aberta até 29 de julho. O investimento previsto é de R\$ 130 mil

---

**Brasília** – O 7º Batalhão de Engenharia de Combate do Exército Brasileiro, com sede em Natal, está com uma chamada pública aberta para a compra de alimentos da

agricultura familiar. Até dia 29 de julho, o Batalhão está recebendo os documentos para habilitação e as propostas de venda para a aquisição de mais de 10 toneladas de alimentos, com investimento previsto de R\$ 130 mil. Esta é a primeira compra de alimentos da agricultura familiar realizada pela unidade do Exército Brasileiro no Rio Grande do Norte e será feita por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Na lista de compra estão alimentos regionais como carne de caprinos, queijo de cabra, mangaba, feijão verde, arroz em casca vermelha, rapadura e castanha de caju. Além disso, frutas, verduras e legumes, galinha caipira e pescado irão complementar a alimentação do efetivo do batalhão.

A prioridade de compra será para agricultores familiares e organizações do município, de comunidades tradicionais, assentados, mulheres e para a produção agroecológica e de orgânicos. Os interessados devem apresentar a documentação para habilitação e a proposta de venda na sede do 7º Batalhão de Engenharia de Combate, na Rua Djalma Maranhão, 641 – Nova Descoberta – Natal-RN.

Podem participar da chamada pública, organizações e associações de agricultores familiares, de povos tradicionais e de famílias vinculadas a assentamentos da reforma agrária que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Cada agricultor familiar poderá vender até R\$ 8 mil.

Para a coordenadora feral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do MDSA, Hétel Santos, uma das principais características desta modalidade é o fortalecimento da economia e da produção local. “Quem está mais próximo da demanda pode garantir melhores preços e mais qualidade, com um custo menor, além de promover uma alimentação mais saudável e natural”, disse.

**Histórico** - O Ministério da Defesa é pioneiro no governo federal na aquisição de alimentos por meio da modalidade de Compra Institucional, quando em 2014, adquiriu R\$ 564 mil em produtos para abastecer os restaurantes do órgão na Esplanada dos

Ministérios. Já em 2015, foram comprados mais de 3,8 milhões em produtos para as Forças Armadas (Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira).

**PAA Compra Institucional** - Criada em 2012, a modalidade abriu uma nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores familiares de todo o país ao permitir que municípios, estados, Distrito Federal e órgãos federais comprem, com recursos próprios, produtos para atender as demandas de forma simplificada, segura e transparente, por meio de chamadas públicas, sem necessidade de licitação. A legislação atual determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações.

---

### **Crédito para produzir e baratear alimentos. O Globo, Economia. 21/07/2016**

#### *Importações estão sendo feitas para sanar falhas no abastecimento*

A alta dos preços dos alimentos tem sido uma das principais fontes de pressão sobre a inflação em 2016 e não se pode dizer que isso se deve apenas a fatores sazonais. Condições climáticas desfavoráveis, de fato, afetaram seriamente a oferta interna de alimentos essenciais na mesa do brasileiro, como o feijão e, mais recentemente, o arroz, cuja safra foi afetada pelas chuvas que provocaram grandes perdas nas lavouras do Sul do País. A isso se acresce uma forte demanda internacional por commodities exportadas, como soja e milho, que afetaram os preços das rações e, por consequência, os preços de leite, carnes e ovos.

Importações estão sendo feitas para sanar falhas no abastecimento, embora, como no caso do feijão, haja escassa oferta no mercado internacional. A solução, claro, é estimular a produção e, nesse sentido, uma medida oportuna foi tomada pelo Banco do Brasil (BB) há dias. No momento apropriado, quando os produtores tomam as decisões de plantio da safra 2016/2017, o BB anunciou que colocará à disposição R\$ 101 bilhões para o financiamento da agropecuária, sendo 93% dos recursos a taxas inferiores às de mercado.

O BB responde por 61% do crédito agrícola no País e é significativo notar que o total previsto é 10% superior ao desembolsado na safra anterior. Do total, R\$ 91 bilhões devem ser destinados a produtores e cooperativas e R\$ 10 bilhões a empresas do

agronegócio. Se crédito não deve faltar, os bons preços atualmente praticados funcionarão como incentivo para produzir.

Evidentemente, o volume da produção vai depender das condições climáticas. Mas, se os estímulos agora oferecidos forem suficientes e, assim, permitirem que as colheitas levem à redução ou à estabilidade dos preços de alimentos diversos, isso contribuirá para conter a inflação, abrindo mais espaço para a redução da taxa básica de juros.

Além disso, haverá um efeito psicológico importante. O consumidor tem-se assustado ao ir às compras nos supermercados e se deparar com a disparada dos preços dos alimentos, e não sem razão. Os cálculos correntes no mercado são de que a inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) medido pelo IBGE deve fechar este ano em torno de 7%, enquanto os preços dos alimentos devem subir 11%.

Se a alimentação ficar mais barata, a política econômica do governo ganhará, sem dúvida, mais credibilidade junto à população.

---

**MDSA orienta compras institucionais do PAA em Santa Catarina. Site do MDSA,22/07/2016.**

Governo do Estado discute marco regulatório para incentivar aquisição de produtos da agricultura familiar

**Florianópolis** – A modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) possibilita que órgãos e instituições federais comprem no mínimo 30% de alimentos agricultura familiar com dispensa de licitação. Para esclarecer aspectos técnicos das compras institucionais, a coordenadora geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Hétel Santos, participa do Seminário Estadual de Compras Institucionais de Santa Catarina, realizado até esta sexta-feira (21), em Florianópolis.

O seminário é realizado pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) do Estado. Cerca de 120 participantes estão discutindo o Marco Regulatório das Compras Institucionais, chamadas públicas, organização da agricultura familiar e a implantação das compras públicas institucionais em Santa Catarina. O governo do Estado pretende



lançar um marco regulatório para promover a inclusão socioeconômica rural, pois 85% dos pequenos produtores catarinenses são de agricultores familiares.

De acordo com Hétel Santos, a discussão do marco regulatório vai estimular o mercado local e possibilitar a inclusão social e econômica da agricultura familiar. “O MDSA já apoia a compra pública em Santa Catarina, desde 2004, para abastecimento dos equipamentos públicos e rede socioassistencial pelas aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos. Este evento consolida a ampliação da compra pública para os órgãos, é uma nova etapa de oportunidades de mercado de compras públicas para o Estado e para a Agricultura Familiar”, afirma.

A tenente da Aeronáutica Silvia Macedo participa do Seminário com o intuito de adquirir variedades da agricultura familiar para a Seção de Subsistência da Base Aérea de Florianópolis. “Nossa intenção é conhecer e aprender sobre essa modalidade para colocar nas nossas licitações. É esclarecedor que a agricultura familiar não fornece somente hortifrúti. Vamos fazer um estudo para saber o que adquirir”.

O diretor presidente da União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) em Santa Catarina, Genes da Fonseca Rosa, destacou que as cooperativas é a melhor forma dos agricultores familiares se organizarem para vender seus produtos. “As cooperativas conseguem reunir os produtos para a comercialização porque classifica, padroniza a embalagem e organiza a logística de transporte para a entrega”, afirma.

Para a conselheira de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina e membro do Movimento das Mulheres Camponesas, Adélia Maria Schmitz, alimento de qualidade é aquele sem agrotóxico e ela afirma que a agricultura familiar produz mais orgânicos e agroecológicos. “Meu desejo de mulher camponesa é que a mulher que mora na cidade tenha o direito de consumir uma alimentação digna e saudável sem agrotóxicos”.

**PAA** - Em Santa Catarina 1,4 mil agricultores familiares já participaram de alguma modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos, fornecendo um total de 3,5 mil toneladas de alimentos que beneficiaram 205 entidades socioassistenciais e instituições públicas. Foram realizadas três chamadas públicas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e MDSA na ordem de R\$ 1,1 milhão, entre 2014 e 2015, para fornecimento de 274,4 mil toneladas de alimentos em Santa Catarina.

Os agricultores familiares catarinenses também já atenderam chamadas públicas para fornecimento de 6 mil cestas de alimentos para 3,8 mil famílias de indígenas, acampados e atingidos por grande empreendimentos em situação de insegurança alimentar.

---

**Dia Internacional da Agricultura Familiar: compromisso do governo federal com a população do campo. Site do MDSA, 25/07/2016.**

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário quer reduzir pobreza rural com a promoção de alimentação saudável e aquisição de produtos da agricultura familiar

---

**Brasília** – No Dia Internacional da Agricultura Familiar, celebrado nesta segunda-feira (25), o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) reforça o compromisso com a redução da pobreza no campo e a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. O governo federal é um grande comprador de alimentos da agricultura familiar. As compras governamentais promovem a economia local com alimentos mais saudáveis e gera renda e inclusão social aos pequenos produtores.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compra produtos da agricultura familiar para a composição de cestas de alimentos, formação de estoques e doação à rede socioassistencial. Somente em 2015, o MDSA investiu R\$ 508 milhões em aquisição de alimentos de mais de 95 mil agricultores familiares, em diferentes modalidades do PAA. A previsão para 2016 é que a execução do programa continue com o mesmo investimento.

Além das compras governamentais, o governo federal tem o compromisso de comprar, no mínimo, 30% de alimentos da agricultura familiar para abastecer hospitais, presídios, universidades, restaurantes populares e outras instituições públicas. A meta do Plano Plurianual 2016-2019 é ampliar as compras públicas da agricultura familiar por meios da modalidade Compra Institucional do PAA em R\$ 2,5 bilhões anuais. E ainda ampliar a participação das mulheres no PAA de 41% para 45% do total de fornecedores.

“Com esta ação, queremos incentivar o mercado e a produção das famílias. Estamos fazendo um trabalho com as entidades públicas estaduais e municipais para que ampliem a compra da agricultura familiar utilizando a mesma legislação do PAA”, afirma o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Caio Rocha.

O Ministério ainda deve incluir, até o final 2016, 60 mil novas famílias rurais em situação de extrema pobreza no Programa de Fomento às Atividades Rurais. Estes agricultores, além de receberem assistência técnica, terão direito a R\$ 2,4 mil (não reembolsáveis) para investir em um projeto produtivo.

“Um dos grandes desafios da nossa gestão é fazer com que o agricultor que está no Cadastro Único e no Bolsa Família não tenha apenas segurança alimentar, mas que possa ter renda. O maior insumo que o produtor rural pode ter é o conhecimento, respeitando as diferenças regionais e as particularidades de cada agricultor”, completou o secretário.

Atualmente, o 1.082.107 agricultores familiares estão no inscritos no Cadastro Único, e 809.123 são beneficiário do Programa Bolsa Família.

**Outras ações** – Para os agricultores familiares do Semiárido, o Programa Cisternas dá continuidade à política de implantação de tecnologias sociais de acesso à água para a produção, dando a autonomia ao sertanejo tanto no consumo como para a geração de renda. Até o fim do ano, estão previstas a entrega de mais 15 mil cisternas de captação de água da chuva para a produção. “A cisterna é a melhor forma de emancipação do agricultor do Semiárido”, afirmou o secretário Caio Rocha.

O MDSA também apoia a construção e modernização de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional. Estão previstas a entrega, ainda este ano, de oito Unidades de Distribuição de Agricultura Familiar (Udaf), além da modernização de 236 Udafs. A previsão do Ministério é de concluir mais 60 unidades de distribuição, que atualmente se encontram em construção, e investir em modernização de outras 1.006 unidades com caminhão frigorífico, pallets, balanças e outros equipamentos. Além disso, há a entrega de 600 bancos comunitários de sementes crioulas até o fim deste ano.

---

**Exército no Rio Grande do Sul abre mais uma chamada pública para a compra de alimentos. Site do MDSA, 28/07/2016.**

Unidade em Dom Pedrito (RS) irá adquirir mais de 32,4 toneladas de produtos. Chamada pública está aberta até 23 de agosto

---

**Brasília** – A 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, do Exército Brasileiro, com sede em Dom Pedrito (RS), lançou uma chamada pública para a compra de 32,4 toneladas de alimentos. A compra será realizada por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). No total, o investimento é de aproximadamente R\$ 180 mil. Na lista de compras estão frutas, verduras, legumes e folhagens.

A prioridade de compra será para agricultores familiares e organizações do município, de comunidades tradicionais, assentados, mulheres e para a produção agroecológica e de orgânicos.

Os interessados devem apresentar a documentação para habilitação e a proposta na Seção de Licitações e Contratos da 3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada (rua General Antônio Gonzaga Freire, s/n) até 23 de agosto. A entrega dos alimentos na unidade do Exército em Dom Pedrito será realizada durante um ano.

Somente nos últimos dias, esta é a terceira chamada pública para a compra de alimentos da agricultura familiar realizada pelo Exército Brasileiro no Rio Grande do Sul. As unidades em Santiago e Nova Santa Rita vão adquirir, juntas, cerca de R\$ 2,8 milhões em produtos da agricultura familiar. Além disso, no Rio Grande do Norte, o Exército Brasileiro já lançou um edital.

Podem participar da chamada pública, organizações e associações de agricultores familiares, de povos tradicionais e de famílias vinculadas a assentamentos da reforma agrária que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Cada agricultor familiar poderá vender até R\$ 20 mil.

A coordenadora geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do MDSA, Hétel Santos, destaca que as Forças Armadas têm um potencial gigantesco para fortalecer a agricultura familiar com a compra dos alimentos. Ela ressalta ainda a importância de incrementar a economia local. “Quem está mais próximo da demanda pode garantir melhores preços e mais qualidade, com um custo menor, além de promover uma alimentação mais saudável e natural”, disse.

O Ministério da Defesa – ligado às Forças Armadas – é pioneiro no governo federal na aquisição de alimentos por meio da modalidade de Compra Institucional. Em 2014, a Defesa adquiriu R\$ 564 mil em produtos para abastecer os restaurantes do órgão na Esplanada dos Ministérios. Já em 2015, foram comprados mais de R\$ 3,8 milhões em produtos para o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil e para a Força Aérea Brasileira.

A legislação atual determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações.

**PAA Compra Institucional** - Criada em 2012, a modalidade abriu uma nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores familiares de todo o país ao permitir que municípios, estados, Distrito Federal e órgãos federais comprem, com recursos próprios, produtos para atender as demandas de forma simplificada, segura e transparente, por meio de chamadas públicas, sem necessidade de licitação.

---

**Dia do agricultor é comemorado com doação de 18,8 toneladas de frutas em Brasília. Site do MDSA, 28/07/2016.**

Para o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Caio Rocha, a mostra representa o protagonismo da agricultura brasileira no mundo

---

**Brasília** – A participar de evento promovido pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Caio Rocha, destacou que o Brasil será em breve o maior produtor mundial de alimentos e que o ministério “tem que estar inserido nesse processo de desenvolvimento”.

“Temos todos os instrumentos necessários para diminuir ainda mais o indicador de desnutrição, que hoje está em 1,8%”, disse ele, nesta quinta-feira (28), durante evento realizado na Esplanada dos Ministérios para comemorar o Dia do Agricultor.

Uma mesa de 240 metros com 18,8 toneladas de frutas, além de outros produtos, foi montada na Esplanada. A quantidade de alimentos foi registrada como recorde pelo Guinness World Records. No final do evento, os alimentos foram doados à população.

A dona de casa, Marli Fonseca, de 38 anos, participou do evento. Ela disse que é perceptível o crescimento da agricultura no Brasil. Mãe de dois filhos, ela tem a expectativa de que a doação de alimentos aumente na comemoração do próximo ano.

O Dia do Agricultor foi instituído pelo presidente da República Juscelino Kubitschek, em 1960. Para o secretário Caio Rocha, a data é muito importante para o Brasil, já que o país cresce 1,4% por ano na área agrícola e a produção cresce de 3,5% a 4% por ano. “Essa mesa cheia de alimentos representa o suor, o trabalho, a dedicação, o esforço de quem precisa continuar recebendo crédito e apoio governamental para que possa produzir cada vez mais. Estamos juntos nessa caminhada”, ressaltou.

---

### **Inflação de alimentos pode ficar acima do IPCA no ano. Míriam Leitão – O Globo, Economia. 28/07/2016**

Pelo quinto ano seguido, a inflação dos alimentos consumidos em casa deve ser maior que o índice geral de preços. Na estimativa do professor Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio, os preços da alimentação em domicílio devem fechar o ano com alta de 11,3%, acima dos 7,3% estimados para o IPCA. O clima e o mercado externo têm pressionado os preços nos últimos anos.

Os consumidores têm sentido no bolso essa elevação. Mais recentemente, os maiores culpados pela alta nos alimentos são o leite e o feijão. Mas em outros momentos já fizeram parte desse grupo o tomate, a cenoura e a farinha de mandioca. Nesses casos, o resultado foi puxado pelo clima, com a quebra de safra.

O dólar, que nesse ano caiu, poderia ter um efeito positivo para a inflação dos alimentos. Mas alguns produtos cotados internacionalmente, como o milho e a soja, subiram de preço.

Com a influência tão forte do clima e do cenário externo, é difícil prever o comportamento dos preços dos alimentos com um ano de antecedência, explica Cunha. A vantagem é que pode haver uma grande produção 2017 desses produtos que hoje estão valorizados. O preço alto pode levar os agricultores a aumentar a safra de itens como o feijão, por exemplo.

---

### **Como ajudar a agropecuária brasileira. Rui Daher. Carta Capital, 29/07/2016.**

*É preciso entender a agropecuária como um todo, que inclui homens e mulheres do campo com liberdade para plantarem e criarem o que quiserem*

É costume a esquerda se insurgir contra o modelo agrário brasileiro. Tarde, não? Para mostrar alguma erudição, citam autores que bem analisaram a agricultura na metade do século passado, mas baseados em estatísticas rasas, o mundo se reconstruindo no pós-Guerra, blocos políticos polarizados. Tratavam dos ciclos monocultores no Brasil. Não os temos mais. O bonde da demanda mundial passou e a ele adaptamos o Cerrado para atende-la.

Li, praticamente, a todos eles. Na época, me fizeram a favor da reforma agrária. Hoje em dia, sei que ela acabou realizada de forma autonômica pelas próprias condições estruturais e humanas do país.

Precisa de correções, sim, mas agora de cima para baixo e sem anular nada do que já foi construído e nos eleva a um dos maiores países produtores e exportadores do planeta. Maior apoio governamental aos assentamentos, agricultura familiar, tecnologias nacionais de menor custo e impacto ambiental.

De tanto criticar suas nuances, sei que o agronegócio trouxe, traz e ainda trará inúmeros malefícios ao planeta. Como também benefícios. Uns e outros vindos de anseios alimentares, têxteis, madeireiros e combustíveis do consumo humano.

Agregou tecnologia, mas devastou biomas; gerou excedentes, mas não os distribuiu de forma adequada; desbravou fronteiras, gerando polos urbanos modernos, mas acentuou o êxodo e a miséria entre a população rural.

Meio que assim: desesperado para fazer xixi, o urbanoide para o carro na estrada e se alivia no acostamento. Feio, não? Nunca saberá se o nitrogênio ali derramado não fará nascer o verde.

Numa dessas peças infantis, toca ainda mais frenético o pandeiro desses senhores citando ser nossa “vocação agrária velhacarias do capitalismo rural”.

E dá-lhe pau na estrutura fundiária, a exportação de commodities e a insegurança alimentar.

Não destrincham o frango para a galinhada mineira. Tacam-no inteiro na água fervente e seguem o óbvio, milhares de vezes aludido, para mostrar nossas mazelas agrárias que, para eles, é só uma: a extensa área plantada com commodities de exportação.

E daí? Tudo o que produzimos no agro, commodities ou não, é realizado por pessoinhas e não robôs. Tem gente produzindo marmelo. Por que não andam para conhece-los?

Vou botar pra sangrar:

1. Segundo o IBGE, em Programa Agrícola Municipal (PAM) - 2014, o Brasil plantou 76,2 milhões de hectares e deles tiramos R\$ 251,2 bilhões em valor de produção;
2. 77% da área foram plantados com soja, milho, cana e café, pois esse o grosso da produção brasileira que o mercado mundial compra. No mais, são as carnes que, também, se utilizam de proteínas. Comércio. País produtor e exportador não entrou nele se ... ferrou;
3. Lembrem-se que há brasileiros que gostam de tofu com molho shoyu, roer milho verde, e chupar cana. Alimentos que ficam nos pandulhos brasileiros, pois;
4. Os demais 23% da área foram plantados com outros 60 produtos. Sessenta! Frutíferas, arroz, feijão, algodão, fibras. Tem caqui, tomate, pimenta-do-reino, mandioca. São 17,2 milhões de hectares que geraram um valor bruto de produção perto de R\$ 82 bilhões;
5. Produzíssemos mais desses itens venderíamos para quem? Os mesmos 40 milhões que apenas recentemente foram apresentados ao mercado interno e já se preparam para ir embora?



6. Os 2,7 milhões de hectares plantados com frutíferas rendem 15 toneladas de produto por hectare enquanto a soja média rende 2,9 t/ha. A área com soja é de 30 milhões de hectares. Proporcionaria 450 milhões de toneladas de frutas e não os 85 milhões de soja. O que estamos esperando? Por que não substituir o plantio da oleaginosa por frutas? Deixo a conclusão para os leitores;

7. Querem mais? Como criticar um modelo que se formou autonomicamente até uma proporcionalidade assim: 28% do valor da produção agrícola brasileira (R\$) sai da região Sul; 28% do Sudeste; 26% do Centro-Oeste; e 18% do Norte-Nordeste;

Se querem ajudar a agropecuária brasileira, entendam-na como um todo, que inclui homens e mulheres do campo com liberdade para plantarem e criarem o que quiserem. Eles sabem, vocês não.

Divulguem tecnologias de baixos custos e impacto ambiental. Acampem nos gramados de Brasília e peçam ao interino mesoclítico que não extermine o ministério do Desenvolvimento Agrário. Convençam as autoridades monetárias a aumentar o financiamento de custeio, seguro, comercialização e garantam preços mínimos.

Se for difícil sair do WhatsApp, apenas parem de encher o saco do agronegócio e da exportação de commodities. O que precisa mudar não é por aí.

---

**Juventude e agroecologia: é a luta todo dia. Najar tubino. Carta Maior, 28/07/2016.**

**Estes jovens querem autonomia, independência e mais políticas públicas que fortaleçam as suas ações na produção de alimentos saudáveis.**

**Areia (PB)** – Esse é um dos 14 municípios que campo e o Polo da Borborema, que nesse ano está completando 20 anos de organização social, sindical, incentivando a convivência com o semiárido, a agroecologia e, agora, organizando a juventude do campo. Na década de 1980 os nordestinos ficaram conhecidos no Brasil pela paisagem tétrica do semiárido, com gente morrendo de fome e fugindo em busca de emprego no sudeste e sul do país. O evento que a ASPTA promoveu no dia 27 de julho é um

encontro de parceiros, de representantes da juventude de vários municípios, de lideranças do Polo da Borborema e dos apoiadores do Projeto Sementes do Saber, que foi cofinanciado pela União Europeia, com participação da CCFD – uma entidade de católicos franceses-, da Act!onaid, do Polo da Borborema, mais a Embrapa e a Universidade Federal da Paraíba, que tem um campus em Areia.

O projeto envolveu a formação de 300 jovens, que foram incentivados a ficar nos sítios ou nos lotes, onde a família mora, e a trabalhar com agroecologia, criação de animais – cabras e ovelhas -, produção de hortigranjeiros, apicultura e mudas de plantas silvestres. O evento termina no dia 28 de julho com a I Marcha da Juventude Camponesa na Luta pela Agroecologia. No dia 8 de março, há cinco anos, o Polo da Borborema promove a marcha das mulheres em defesa da vida e da agroecologia, com a participação de mais de cinco mil pessoas.

O Polo da Borborema tem uma tradição na organização sindical, todos os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais participam das atividades. E, nesse momento, incentivam a juventude a tomar o seu lugar na organização social da região. No seminário foram apresentados casos específicos de famílias, onde os jovens inseridos no projeto Sementes do Saber, mostraram os resultados e as modificações ocorridas dentro da propriedade nos últimos três anos.

Usaram uma metodologia chamada de carrossel, onde os participantes giravam em torno do salão e iam apresentando os resultados. Alan, Paula, Mônica, Léia, Roselita, Roberval, Erivan e Marcelania, Adailma, Jessica, Danilo, Delfino, Alexandre, Paula, todos eles ressaltaram os resultados positivos e as modificações ocorridas dentro das propriedades. Isso inclui produção de mel, compra de cabras e ovelhas, viveiros de mudas, participação em feiras agroecológicas, muitos intercâmbios entre os participantes e uma vontade danada de seguir na luta.

Um exemplo: Alex, de 16 anos, terceiro filho de Gerusa e José, em uma família de mais quatro irmãos, Kátia de 8 anos, Fernanda, de 18 anos, Artur, de 20 anos e Alisson de 11. Todos vivem na propriedade de 2,5 hectares, no sítio Cachoeira de Pedra D'água, município de Massaranduba-PB.

“- A família morava em Queimadas-PB, nas terras dos avós paternos de Alex, até que em 2007 venderam 30 reses para comprar a propriedade em Massaranduba que, segundo Alex, não tinha quase nada. A gente veio pra cá em 2008 e aqui não tinha roçado, só uns pés de caju, umas bananeiras, uma cisterna pequena e a casa.. A família então cavou à mão um poço para dar água aos bichos. Depois comecei a participar do grupo de jovens do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Massaranduba. Nessa época comprei meu primeiro animal. Vieram seis cabras da ASPTA para fortalecer um Fundo Rotativo Solidário de Jovens.”

O final da história desses 300 jovens que participaram do Projeto Sementes do Saber é de incremento social, econômico e cultural. Todos eles mudaram o curso das suas vidas para melhor. Todos ganham dinheiro com os resultados do seu trabalho no campo e nem querem saber de ir para cidade, trabalhar como empregado de supermercado, ou na construção civil. Querem autonomia, independência, querem mais políticas públicas que fortaleçam as suas ações. E, querem, acima de tudo, curtir a juventude com dinheiro no bolso, muitas ideias para compartilhar e a consciência de que permanecer na terra é fundamental e que a reforma agrária é a essência desse processo.

---

**Consumidor busca opção natural, mas comida leve pesa no bolso. Glauce Cavalcanti e Roberta Scrivano - O Globo, Economia. 31/07/2016**

*Saúde é uma das cinco maiores preocupações do brasileiro, diz pesquisa*

RIO E SÃO PAULO - Rio e São Paulo A jornalista carioca Marta Spacenkopf vem aumentando o consumo de alimentos saudáveis em seu dia a dia. Prefere produtos que combinam saúde e sabor e não deixa de considerar o custo na hora de escolher. Em sua casa não faltam frutas, legumes e verduras. São todos naturais, mas não orgânicos.

— Os orgânicos ainda não são acessíveis. Então, na casa da minha família, compramos natural, mas não orgânico — explica ela. — Não tenho intolerância alimentar ou questão de saúde que me imponha dieta específica. Mas meu pai é diabético, e minha mãe sempre seguiu uma alimentação mais natural. Então, procuro alimentos mais saudáveis. Evito glúten, tomo iogurte sem lactose e compro alimentos com menos açúcar.

A tendência de encher o carrinho com produtos mais saudáveis é resultado da preocupação do consumidor com a saúde. Um dos cinco principais focos de atenção do brasileiro, segundo pesquisa da Kantar Worldpanel, especializada em comportamento do consumo. A posição da “saúde” nesse ranking varia conforme a situação econômica, mas não sai do topo, explica Christine Pereira, diretora comercial da consultoria.

Em 2013, saúde e estado físico eram a segunda maior preocupação, destacada por 59% dos consumidores, atrás apenas de insegurança e violência (70%). Este ano, recuou para a quarta posição, com 42%, depois de insegurança/violência (53%), aumento de preços (52%) e crise econômica (45%).

— Isso mostra que é uma preocupação que veio para ficar. Na crise, ela permanece, mas leva as pessoas a racionalizarem o consumo para ajustar os gastos ao bolso. Ainda assim, os gastos com saúde estão crescendo. Este ano, equivalem a 7% do orçamento do brasileiro, contra 6% em 2014 — diz Christine.

As três maiores preocupações do consumidor com a saúde são o peso (76%), o colesterol (75%) e a pressão arterial (75%). Daí as pessoas buscarem produtos com menos açúcar, gorduras e sódio. Mais da metade (54,2%) das pessoas ouvidas pela Kantar afirmam que estão mudando a alimentação, optando por comidas mais saudáveis.

— Sabemos que 65,2% dos consumidores dizem prestar mais atenção em informações nutricionais nas embalagens; 56% dizem que trocariam a marca que usam se encontrassem uma alternativa mais saudável e 49,9% procuram comprar alimentos fortificados, com vitaminas, fibras, cálcio e minerais. A indústria entende essa demanda e responde com mais opções de produtos e mais saudáveis — explica a executiva.

O consultor Marco Quintarelli destaca que as redes de varejo estão atentas às mudanças na demanda, incluindo opções saudáveis para diversos orçamentos em suas prateleiras. Elas multiplicam a oferta para testar a aceitação dos produtos.

— Em todas as áreas há uma diversificação de produtos, com foco não apenas em saúde, mas atentas ao consumo de indulgência. O mercado tem duas frentes para crescer: em preço e competitividade ou com diferenciação e inovação, que é a ponta que mais avança hoje.

O preço tem peso nessa escolha. Os produtos saudáveis, sobretudo os alimentos orgânicos, ainda são mais caros que os tradicionais. Ming Liu, do projeto Organic Brasil, explica que no caso da produção de orgânicos ainda é preciso ganhar escala para que os preços caiam.

— Então, quanto mais o consumo crescer, melhor é para a formação de preço — afirmou.

Um cardápio elaborado pela nutricionista Rose Vieira mostra que para comprar o café da manhã e o almoço mais saudáveis o consumidor gasta R\$ 116,59, contra R\$ 85,43 de um cardápio tradicional. Ela pontua, porém, que não necessariamente se gasta mais para comer melhor:

— As mães podem, por exemplo, fazer batata chips assada para os filhos, ao invés de oferecer esses snacks já embalados. Se você comparar esses preços, sem dúvida a alimentação saudável sai mais barata.

A merendeira Selma Guimarães adapta o cardápio de casa. Ela diz que, com sua renda, não é possível comprar orgânicos, por exemplo. Mas substituir o açúcar refinado pelo cristal é uma opção que não pesa no bolso.

— Não consigo comprar açúcar demerara ou orgânico. Mas o cristal dá — contou.

Christine Pereira destaca que a atenção com a saúde na hora de cuidar da alimentação é tendência em todos os níveis socioeconômicos:

— Na classe C, a expansão foi de 5,8%, enquanto na D, de 19%, que cresce mais por ser uma fatia menor.

Ano passado, as vendas de água de coco recuaram 1,4%, segundo a Kantar, um tombo frente à expansão de 44,5% em 2014. Mas a participação de mercado da água de coco no mercado se manteve, mostrando que o brasileiro comprou menos, mas não abriu mão do produto, explica Christine.

## AUMENTO ACIMA DA MÉDIA

Valéria Guimarães, especialista em projetos e nutricionista, acredita que as escolhas são importantes até para desfrutar do cardápio não saudável sem culpa:

— Na minha casa, recebemos semanalmente uma cesta de produtos orgânicos da estação. Optamos por alimentos naturais pelo sabor e pelas propriedades e nutrientes que oferecem. Fazemos brigadeiro com biomassa de banana verde. Mas não quer dizer que, numa festa, não vamos comer bolo e brigadeiro de chocolate — conta ela.

A Kantar recorta uma cesta de produtos saudáveis de sua cesta pesquisada regularmente, sempre considerando produtos industrializados. Ela engloba barras de cereal, de proteína e de frutas; biscoitos, cereais e pães saudáveis; sucos; iogurtes; bebidas à base de soja; água de coco; aveia; chás líquido e em pó. O gasto com esta cesta subiu 5% no ano passado, três pontos percentuais acima da expansão registrada na cesta de alimentos considerados não saudáveis.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria



**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa